

1 AGO 1967

# Câmara instala porta detectora de metais

unc X p. 4

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Quem quiser assistir às sessões plenárias da Constituinte nas galerias da Câmara terá de passar por rigoroso equipamento de segurança: a porta detectora de metal, instalada ontem, que acusa até um dente de ouro ou metais menos nobres na arcada dentária. O equipamento é tão eficiente que a assessoria de segurança do presidente José Sarney já encomendou três portas ao fabricante, para serem instaladas em locais estratégicos, no Palácio do Planalto.

O equipamento, instalado na entrada das galerias da Câmara, começou a funcionar ontem e o seu grau de sensibilidade é tão grande que moedas, molhos de chaves e canetas obrigaram os portadores a serem revistados pelos agentes de segurança. O grau de sensibilidade está sendo ajustado pelos técnicos, para que somente armas e objetos de maior massa de metal sejam detectados.

No Senado, a porta detectora funciona desde janeiro. Mais sofisticada

que a da Câmara, é giratória e aciona automaticamente um dispositivo de trava, quando passa alguém portando algum tipo de metal. Nas votações da Subcomissão da Reforma Agrária, um representante da UDR foi barrado três vezes pelo equipamento. Depois das três revistas, ele se prontificou a ir ao banheiro com o guarda de segurança, para tirar toda a roupa e provar que não estava portando nenhuma arma. No caminho, comentou que só tinha metal nos dentes, algumas obturações em ouro. O mistério foi desvendado e ele liberado para assistir à sessão.

A porta Panda, fabricada por uma empresa do Rio de Janeiro, custou cerca de Cz\$ 400 mil à Câmara, segundo informou o diretor-geral, Ademar Sabino. A segurança do Palácio do Planalto esteve ontem na Câmara para ver o funcionamento do equipamento e pediu sigilo absoluto, explicando que o presidente Sarney "não gosta de parecer que está com medo" e também porque a intenção é instalar apenas um portal, escondido nas portas já existentes no palácio.

ESTADO DE SAO PAULO

## Constituinte nega ter falsificado assinatura

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PB) pediu ontem à Mesa da Câmara a abertura de inquérito administrativo para apurar denúncia de falsificação de assinatura do presidente do Senado, Humberto Lucena, em documento encaminhado ao Ministério da Previdência Social pelo líder do governo, Carlos Sant'Anna, indicando os médicos Julieta de Arruda Valadares e José Tadeu Pereira Vitorino para cargos no Iapas paraibano. O acusado Agassiz de Almeida (PMDB-PB), defendeu-se ontem, em entrevista coletiva, afirmando que "jamais cometera um ato desatinado e não daria recibo de desastrado mental".

O líder Carlos Sant'Anna confirmou que o documento foi protocolado em seu gabinete e, em seguida, encaminhado através de ofício por ele assinado ao ministério. E informou ter procurado ontem o presidente do Senado, não o encontrando, por este estar no Rio. "O fundamental é o senador Lucena dizer se a assinatura é dele ou não. O que vai acontecer com o deputado Agassiz depende do presidente do Senado", disse Sant'Anna.

Até o momento, parece haver dois documentos: o que o líder Carlos Sant'Anna enviou ao ministério e um outro que levaria também as assinaturas de três deputados paraibanos: João Agripino, Antonio Mariz e José Maranhão. Este segundo documento é desconhecido por Sant'Anna. Tanto o líder como o deputado acusado confirmaram reunião da bancada da Paraíba, que tratou das indicações. De qualquer forma, o maior problema criado não foi o que envolve os nomes dos indicados, mas a maneira adotada para o encaminhamento.

Na entrevista coletiva, Agassiz Almeida garantiu que a bancada paraibana indicou os nomes por consenso. Admitiu que redigiu o docu-



Alencar Monteiro

Agassiz defende-se

mento, mas não o assinou, frisando que tem o apoio do senador Humberto Lucena e dos parlamentares do seu estado. E levantou a hipótese de que o documento que chegou ao ministério possa ter sido "forjado" por pessoas identificadas "com as forças derrotadas remanescentes do regime anterior", com o objetivo de "desestabilizar a Constituinte através de uma campanha desmoralizadora".

Agassiz de Almeida chegou a levantar a possibilidade de o documento falso ter saído "do próprio Executivo" e disse "não ter idéia" de como a assinatura do senador Lucena foi parar no documento. Exaltado, prometeu interpelar judicialmente o Jornal do Brasil, que publicou a denúncia na edição de ontem.

O presidente do Senado, Humberto Lucena, que passa o fim de semana em Petrópolis (RJ), informou que dará entrevista na segunda-feira, em Brasília, para esclarecer a parte que lhe toca nos acontecimentos. Por sua vez, o deputado Antonio Mariz (PMDB-PB) negou ontem qualquer assinatura sua em documentos supostamente enviados ao Ministério da Previdência Social indicando os médicos Julieta e José Tadeu. O nome de Mariz surgiu na recomendação atribuída ao deputado Agassiz, juntamente com os dos colegas de bancada, João Agripino e José Maranhão.

## Previdenciários querem institutos independentes

Impedir que a futura Constituição crie um caixa único com as verbas dos institutos de previdência social existentes no País. Este é o principal objetivo da mais nova emenda popular à Constituinte, iniciada em São Paulo. Os funcionários do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (Ipem) começaram ontem a recolher as 30 mil assinaturas necessárias para a apresentação de uma emenda ao projeto do relator Bernardo Cabral permitindo a existência de institutos de previdência independentes do Inamps para servidores públicos.

Os artigos 482 e 487 do anteproje-

to de Cabral unificam progressivamente os regimes públicos de previdência e obrigam todas as contribuições previdenciárias a integrem o Fundo Nacional de Seguridade Social — um caixa único administrado pelo governo federal. Os funcionários do Ipem descobriram os artigos e redigiram um antídoto: para não perderem as vantagens dos institutos próprios: "ressalvados os regimes previdenciários próprios dos servidores públicos". As assinaturas para a emenda popular estão sendo recolhidas apenas em São Paulo, nos 134 postos de pedidos de empréstimos do Ipem.